

PROJOVEM ADOLESCENTE: breves considerações sobre os aspectos normativos e conceituais que orientam sua implementação no município de Campos dos Goytacazes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Adolescente, no município de Campos dos Goytacazes, a partir dos seus aspectos normativos e conceituais, tendo como referência empírica as entrevistas realizadas com as coordenadoras no programa. Percebe-se, inicialmente, que o Projovem vem sendo implementado de acordo com as orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Palavras-chave: políticas sociais, juventudes e oportunidades.

ABSTRACT

This article aims to present the process of implementation of the National Youth Inclusion - Teenage Projovem in the municipality of Campos dos Goytacazes, from its conceptual and normative aspects, with reference to empirical interviews with the coordinators in the program. It can be seen, initially, that the Projovem is being implemented in accordance with the guidelines of the Ministry of Social Development and Hunger Alleviation.

Keywords: social policy, youth and opportunities

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, na modalidade adolescente é uma experiência recente no país, que como parte de uma política pública destinado aos jovens, deve ser compreendido e avaliado. No município de Campos dos Goytacazes, este programa teve origem em 2009 e se constitui como um dos maiores programas destinados aos jovens de 15 a 18 anos.

É importante destacar, que Campos dos Goytacazes compõe a lista dos 20 municípios mais ricos do país. Este lugar é decorrente da participação industrial do setor extrativo vegetal e da agroindústria. Além disso, é o municípios que mais recebe recursos dos royalties petróleo, que atualmente representa 70% do orçamento municipal.

No entanto isso não significa melhor qualidade de vida aos campistas. O município enfrenta sérios problemas na área de saneamento básico, saúde e transporte. Também se verifica altos índices de desemprego, atribuído à desqualificação da mão-de-obra local para

ser incorporada aos novos investimentos econômicos que estão sendo realizados na região¹. Os jovens são particularmente atingidos por estas situações, pois experimentam um tempo presente marcado pelas incertezas advindas das novas configurações do modo de produção capitalista (MENDES, 2008). Neste contexto, o Projovem Adolescente tem um papel importante no processo de desenvolvimento e autonomização dos jovens pobres do município.

Sendo assim, como um subproduto da pesquisa *Juventudes e cidades: espacialidade dos jovens em cidades médias*, está-se construindo uma análise do Programa Projovem Adolescente em Campos dos Goytacazes, a partir dos atores sociais envolvidos: jovens, gestores, coordenadores, educadores sociais e facilitadores, com o objetivo de perceber seus impactos na vida dos jovens.

Portanto, este artigo é o resultado de uma primeira aproximação ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, na modalidade adolescente, no município de Campos dos Goytacazes², e tem como objetivo, apresentar seu processo de implementação. Para tanto, inicialmente será realizada uma apresentação do Projovem Adolescente, enfatizando seus aspectos normativos e conceituais, como preconizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, e em seguida, uma exposição preliminar da implantação do Programa no Município, à luz os referenciais normativos e conceituais, tendo como referências empíricas, as informações coletadas junto aos coordenadores do Programa.

2- O PROJOVEM ADOLESCENTE: ASPECTOS NORMATIVOS E CONCEITUAIS

É possível afirmar que as políticas sociais voltadas para a juventude vão se consolidar no Brasil, como política pública, apenas na primeira década do século XXI. Até então, as ações destinadas aos jovens concentravam-se nas áreas de educação e emprego, como forma de prepará-los para a vida adulta, e/ou nas áreas de saúde e segurança, no intuito de prevenir e controlar a juventude. “Estas ações não se estruturavam como elementos de uma “política de juventude”, mas como estratégia de atuação da sociedade

1 Destacam-se os investimentos referentes ao Complexo Portuário do Açú e o Complexo Logístico e Portuário Farol-Barra do Furado.

2 Esta aproximação faz parte do processo metodológico da pesquisa “Juventudes e cidade: a espacialidade dos jovens em cidades médias”, financiada pelo Cnpq, que está sendo desenvolvida através de uma parceria entre os cursos de Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora e de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense.

para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de risco” (AQUINO, 2009, p.35).

Isso pode ser compreendido pela dificuldade em considerar o jovem como sujeito de direito, indo além da percepção de problema social. Os debates centravam-se, com algumas exceções, nos “problemas” dos jovens (prostituição, drogadição, tráfico de drogas, violência, desemprego, etc.) e não nas suas necessidades. Além disso, as questões geralmente estavam relacionadas à condição de pobreza gerada e aprofundada pela inserção precária no mundo do trabalho. Neste contexto, as ações eram fragmentadas, descontínuas e focalizadas em determinadas “situações sociais problemas”.

Porém, as mudanças do modo de produção capitalista colocaram questões e desafios para o desenvolvimento de ações que atendessem as novas e diferentes demandas juvenis (MENDES, 2008).

As organizações não-governamentais, movimentos sociais e diferentes grupos juvenis, passaram a demandar “políticas de juventude” que associassem proteção e desenvolvimento social e que visassem a cobertura das várias situações de vulnerabilidades e risco social, através da oferta de múltiplas oportunidades de inserção social e que fossem de responsabilidade do Estado.

Fruto deste processo, as ações na esfera federal, voltadas para a juventude, começaram a se desenvolver de forma mais sistemática, a partir da década de 1990. Contudo ainda eram dominadas pelas percepções que associavam a juventude, à violência e aos comportamentos de risco.

Prevaleceram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49)

Apenas no início do século XXI, iniciou-se um diálogo mais intenso, permeado por consensos e contradições, entre o poder público e os movimentos sociais ligados às demandas juvenis, sobre a criação de uma política nacional de juventude que pudesse, através de ações articuladas, enfrentar as expressões da questão social que os jovens experimentavam. Como resultados foram criados, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) com o objetivo de articular os programas federais voltados para a juventude já existentes, nos diferentes órgãos do governo federal; o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), como órgão consultivo e deliberativo, que se constitui como espaço privilegiado para o controle social. Além disso, o governo criou, por meio de cinco ministérios, seis programas emergenciais direcionados aos jovens excluídos do mercado de trabalho e com poucos anos de estudo, que possuíssem entre 18 e 24 anos de idade:

Projovem, ligado a Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã, ambos no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Escola de Fábrica – Ministério da Educação (MEC); e Saberes da Terra – Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com Aquino (2009), em 2007 houve a ampliação e integração entre as ações de cunho emergencial e as ações vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura, bem como, o aumento de sua escala de cobertura para todo o universo de jovens brasileiros socialmente excluídos –incluindo jovens entre 18 e 29 anos de idade, que não tivessem concluído o ensino fundamental, que não estivessem trabalhando e que vivessem em domicílio com renda per capita de até meio salário mínimo.

Assim, todas as ações, citadas anteriormente, foram abrigadas sob a denominação de um único nome: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem Integrado, que foi lançado em setembro de 2007, entrando em vigor em janeiro de 2008 e regulamentado pela Lei nº 11.692, de 10 junho de 2008. O segundo parágrafo desta referida lei, diz que o Projovem é:

Destinado aos jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades:

- I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;
- II - Projovem Urbano;
- III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e
- IV - Projovem Trabalhador.

A lei prevê que a execução e a gestão do Projovem Integrado é um esforço conjunto entre a Secretaria Geral da Presidência da República e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Renda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observando assim, a intersetorialidade. Percebe-se então, que há uma preocupação em garantir que a política pública para a juventude se constitua de forma integrada, articulando diferentes órgãos públicos para a garantia das necessidades sociais dos jovens. É importante destacar que a lei prevê esta articulação também em âmbito local, onde o Programa é executado.

No que se refere ao Projovem Adolescente – Serviço socioeducativo – PJA, este se destina aos jovens de 15 a 17 anos, pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), egressos de medidas sócio-educativas ou protetivas e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ou egressos ou vinculados aos programas de combate ao abuso e à exploração sexual. É coordenado e gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e tem como objetivos complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos

para garantir a convivência familiar e comunitária e a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

O Projovem Adolescente oferecia, originalmente, atividades socioeducativas através dos coletivos formados por até 30 jovens, durante 24 meses. Contudo, a partir de 2012 o tempo de duração das atividades socioeducativas foi reduzido para 12 meses.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o Projovem busca atender o conjunto de necessidades sociais que os jovens apresentam e que são decorrentes dos processos de exclusão e vulnerabilidades sociais e das peculiaridades da fase da vida em que se encontram. Nesse sentido, parte-se da compreensão de que estas necessidades não podem ser satisfeitas apenas por ações de transferência de renda e de bens materiais, mas devem “associar serviços e benefícios que permitam a preservação de riscos e contribuam para o reforço da autoestima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação do seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais.” (MDS, 2009, p. 06)

O Projovem Adolescente integra a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, e se caracteriza como um serviço do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, materializando a prioridade da atenção à juventude.

Ele está apoiado no princípio da proteção social, que estabelece seguranças e garantias que visam reduzir e prevenir as fragilidades e inseguranças sociais que os indivíduos enfrentam ao longo dos ciclos de vida. Assim, os jovens, através do PJA passam a acessar um conjunto de ações e benefícios fundamentais para o seu desenvolvimento e autonomia.

As seguranças preconizadas pela PNAS são: segurança da acolhida, segurança do convívio familiar e comunitário e segurança social de renda. A segurança da acolhida garante que a política de Assistência Social atenda e acolha as pessoas que estão submetidas às várias situações de vulnerabilidade, provendo-lhes suas necessidades humanas básicas. Sendo assim, os jovens que experimentam estas situações decorrentes do trabalho precário; da violência, do ato infracional, da ausência ou da fragilidade das relações de parentesco, devem ser acolhidos pela Política de Assistência Social.

A segurança do convívio comunitário e familiar implica em não aceitar as situações de reclusão e de perda das relações. Assim, os jovens têm assegurados os vínculos sociais, o pertencimento coletivo, e o seu espaço e lugar na sociedade.

Por fim, a segurança social de renda garante que todo cidadão tenha direito a uma renda mínima como condição para sua manutenção e reprodução social, independente de suas limitações para o trabalho ou do emprego. Neste sentido, as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, recebem uma complementação, através do benefício variável

destinados aos filhos adolescentes e jovens, que se tornam público-alvo do Projovem Adolescente.

Além destes princípios, o Projovem Adolescente também se apóia na matricialidade sócio-familiar e na territorialização, que constituem eixos organizacionais da PNAS. Isso significa que o PJA deve ofertar ações no território de moradia dos jovens e suas famílias, considerando o universo sócio-cultural daquele espaço.

Como um serviço do SUAS, o PJA deve manter uma estreita relação com os CRAS, pois este é o responsável pela oferta do serviço socioeducativo no território e por fazer o acompanhamento das famílias nos seus processos de proteção e socialização dos jovens. Desta forma, cada coletivo é acompanhado por um profissional de nível superior do CRAS em que está referenciado.

Diante das considerações apresentadas, é possível perceber o PJA é instituído como

um serviço continuado de Proteção Social Básica³ do Sistema Único de Assistência Social, com caráter socioeducativo orientado por uma perspectiva universalizante que visa assegurar atenção a população vulnerabilizada pela pobreza, protegendo-as de possíveis incidências de risco e buscando fortalecer vínculos comunitários e familiares. (MDS, 2009, p. 33)

Para alcançar o objetivo do PJA, o MDS elaborou sete cadernos⁴ contendo as orientações para a implantação do programa e dos coletivos. Nestas orientações, o primeiro aspecto a ser destacado é o entendimento da categoria juventude na sua dimensão particular e universal. Parte-se da compreensão de que existem diferentes juventudes, marcadas pelas condições de gênero, raça, classe social, local de moradia, entre outras, mas que também trazem elementos semelhantes como, por exemplo, algumas formas de sociabilidade, consumos e demandas, formando grupos juvenis particulares. Além disso, os jovens são percebidos como sujeitos de direitos, que apresentam demandas e necessidades

3 A Política Nacional de Assistência Social se realiza mediante os serviços de “Proteção Social Básica, que tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições, e o fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p. 33), e Proteção Social Especial, “destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.” (PNAS, 2004, p. 37)

4 Os cadernos são: Adolescências – juventude e sócioeducativo: concepções e fundamentos; Traçado metodológico; Percurso sócioeducativo I: criação do coletivo; Percurso sócioeducativo II: consolidação do coletivo; Percurso sócioeducativo III: coletivo pesquisador; Percurso sócioeducativo IV: coletivo questionador; Percurso sócioeducativo V: articulador-realizador – participação cidadã.

que devem ser respondidas no presente. Assim, deixam de ser considerados pelo “vir a ser” e pelo negativismo (nem adulto, nem criança, classe perigosa, etc.).

Em decorrência disso, as ações socioeducativas devem despertar a capacidade crítica dos jovens, avançando para além da

escolaridade padrão – e necessária – apostando no desvelar de interesses e talentos pulsantes na vida adolescente e juvenil, quer dizer incentivar a participação na vida pública, facilitar a convivência e a solidariedade, num movimento dinâmico de rede com outras políticas setoriais, especialmente aquelas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e formação profissional. (MDS, 2009, p. 45)

Portanto, não se trata de uma proposta reducionista que enfatiza a ocupação dos jovens para que não se envolvam nos circuitos de violência. Ao contrário, trata-se de garantir o direito a proteção integral dos adolescentes e jovens atendidos.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito a participação como um elemento qualitativo da convivência social, pois supõe a capacidade de se expor e de argumentar, num movimento de igualdade, em que as ideias podem ser questionadas e problematizadas, sem, no entanto, serem desqualificadas. Neste sentido, os jovens devem ser convidados a participar das decisões do PJA e de outros espaços de participação política, como conferências, grêmios estudantis, etc.

Portanto, o PJA deve pautar suas ações,

Na compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, o que requer posturas que favoreçam e estimulem o protagonismo juvenil, valorizem saberes adquiridos, respeitem a diversidade de culturas e valores, que assegurem, enfim, o acesso a políticas de proteção social com a participação ativa de adolescentes e jovens em todo o ciclo de seu desenvolvimento. (MDS, 2009, p.11).

A partir destas breves considerações, no próximo item iremos fazer uma primeira aproximação da PJA no município de Campos dos Goytacazes, abordando a incorporação das dimensões normativas e conceituais apresentadas até o momento na sua implementação. Para tanto, utilizaremos dos dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os coordenadores do programa no município.

3 O PROJovem ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: PRIMEIRAS ANÁLISES

O Projovem Adolescente foi efetivado em Campos dos Goytacazes no ano de 2009, em substituição ao Projeto Agente Jovem. Inicialmente havia 8 coletivos passando para 88 em 2012, distribuídos em 10 Centros de Referência de Assistência Social. Vinculado à Secretaria de Família e Assistência Social, o Projovem conta com uma coordenação geral e

subcoordenações: pedagógica, de cultura, de esporte e de inclusão digital, que são responsáveis pelos facilitadores que desenvolvem as atividades nos coletivos.

Cada coletivo possui um educador social, responsável pela articulação das atividades e pelo acompanhamento sistemático dos jovens. No entanto, cabe destacar que os coletivos são formados por aproximadamente 15 jovens e que por isso, cada orientador social é responsável por dois coletivos que funcionam concomitantemente.

O CRAS também define um profissional de referência para atender as demandas do programa e realizar o acompanhamento das famílias. Geralmente este profissional é o psicólogo.

A relação entre o CRAS e o PJA é algo que vem sendo construído cotidianamente, pois é permeado por muitas dificuldades advindas da forma como os CRAS estão disponibilizados no município e o volume de atribuições da sua equipe básica. Primeiramente, o município conta com apenas 10 CRAS para tender uma grande extensão territorial. Geralmente, os CRAS possuem uma área de abrangência que evolue aproximadamente 10 bairros, muitas vezes distantes entre si e da sede. Essa distância física é um elemento que dificulta uma melhor aproximação entre os coletivos do PJA e o CRAS.

Além disso, a grande quantidade de atendimentos que os profissionais do CRAS realizam, é considerado um elemento dificultador, por parte da equipe do PJA, para o acompanhamento mais sistematizado dos coletivos, como se percebe na fala abaixo.

Então, eu sinto que os CRAS aqui em Campos tem um quantitativo muito pequeno para o atendimento que tem que ser feito, para se ter mais qualidade no atendimento. (...) Eu vejo que os técnicos de referência se desdobram pra atender, mas não dão conta, porque é um quantitativo de trabalho muito grande. É um volume muito grande, mas dentro do possível a gente procura sempre passar informações (...).

No entanto, os profissionais do CRAS e do PJA vão criando estratégias para que a relação entre eles se efetive e que o trabalho consiga alcançar seus objetivos, como é apresentado pela coordenadora abaixo.

Estamos tendo sempre reuniões que eles [técnicos do CRAS] participam. A gente sempre orienta para que o orientador social, que é o veículo mais próximo dos técnicos, passe as informações, coloque as atividades que tão sendo feitas, leve a programação do mês para o CRAS, para que os técnicos possam acompanhar.

Com relação a inserção dos jovens no programa, esta acontece mediante a busca ativa dos profissionais do CRAS e dos orientadores sociais, bem como através dos encaminhamentos feitos pelos serviços de Proteção Especial, e por iniciativa dos próprios jovens. Até abril de 2012, o Programa estava atendendo aproximadamente 1200 jovens. No entanto, estão preenchidas, oficialmente, 994 vagas das 2200 vagas pactuadas entre o

município e o governo federal. Ou seja, 55% das vagas estão ociosas. Outra situação relevante é que das vagas ocupadas, aproximadamente 30% estão ocupadas por adolescentes e jovens que não estão no perfil definido pelo programa. Significa que uma parcela dos jovens atendidos pelo programa não são oriundos de famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família e/ou estão fora da idade a ser abrangida, deixando o programa abaixo das metas oficiais do município.

Do ponto de vista burocrático este fato se torna um problema, pois repercute na transferência de recursos do governo federal para o município, bem como na avaliação para a continuidade das ações.

No entanto, para além do financiamento do programa, os dados demonstram algumas questões que precisam ser refletidas. A primeira delas diz respeito ao fato do programa estar atendendo jovens que, mesmo não tendo o perfil prioritário, se interessaram em participar das atividades. De acordo com a coordenação são adolescentes e jovens que foram levados por amigos que se inseriram no programa, ou que simplesmente, por iniciativa própria, procuraram os educadores sociais por se identificarem com as atividades oferecidas pelo PJA.

Se considerarmos o caráter universalizante da assistência social e sua diretriz de promover a proteção social, inclusive preventivamente, estes deveriam ser incorporados, pois experimentam, em menor ou maior grau, fragilidades e inseguranças sociais e econômicas advindas das diferentes expressões da questão social. Neste sentido, o que se percebe é um esforço da coordenação em adequar esta situação, como se percebe no relato abaixo.

No ano passado nós tínhamos a autorização de colocar os jovens de 14 anos desde que completassem 15 anos no ano vigente que ele foi inserido. Esse ano o sistema não está aceitando. Então a gente está quebrando a cabeça sobre o que fazer com esses jovens, pois eles não podem ficar a deriva. (...) Se ele não entra no sistema não há o repasse de verba suficiente para merenda, para todo o plano que tem que haver.

Por outro lado os dados também demonstram as dificuldades de se atrair os jovens para as atividades e conseguir a permanência deles no programa. De acordo com a coordenação, os jovens estão saturados das atividades que se assemelham às realizadas pelas escolas. Assim, uma estratégia utilizada para atrair os jovens é a oferta de atividades de esporte, inclusão digital, cultura, dança e teatro. Estas são desenvolvidas no próprio coletivo e em outros locais onde se formam grupos de interesse por determinada atividade.

Atualmente, são oferecidas as seguintes oficinas, alocadas por coordenação: Coordenação de Cultura: pintura, coral, musicalização, teatro, dança e artesanato; Coordenação de Esporte: vôlei, muay thai, basquete, natação e futebol de areia; Coordenação de Inclusão Digital: noções de informática e internet. Como não há

facilitadores para desenvolver todas as atividades simultaneamente, é realizado um rodízio, em que, por semestre, são oferecidas algumas oficinas por coletivo. Este rodízio é orientado pelas áreas de interesses dos jovens. Além disso, algumas oficinas são oferecidas fora dos bairros e são formadas por jovens de diferentes coletivos, como é o caso da natação e teatro.

De acordo com as coordenadoras, todas as oficinas buscam trabalhar valores como  tica, cidadania, respeito e disciplina, seguindo as orienta es do MDS referente aos temas transversais que devem perpassar as atividades dos coletivos.

Outra estratégia utilizada para garantir a participa o dos jovens no PJA   a realiza o dos coletivos nas escolas do bairro, como relata a coordenadora do programa.

(...) Então nosso trabalho foi feito assim, ao invés de colocarmos em espaços diferenciados, a gente procura justamente a escola. Por que a escola? Porque a escola já oferece toda a estrutura física, de um laboratório, de uma quadra, de um refeitório, de uma sala, de dispositivo tecnológico com data show, uma televisão. Todos esses aparatos em que a gente possa oferecer uma aula de dança, um esporte. E o principal, o jovem, a nossa clientela já está ali, ele não precisa sair da escola, para ir a casa, para retornar. Porque nesse trajeto   que eles são abordados e são convidados para outros caminhos. (...)

Contudo, apesar dos esforços em realizar as atividades nas escolas, muitos coletivos acontecem em locais emprestados por institui es sociais e até mesmo em praças públicas, o que dificulta o bom andamento das a es, pois faltam recursos adequados para o funcionamento das oficinas.

Também são realizados, periodicamente, eventos temáticos em que os jovens são convidados a apresentar as habilidades que foram despertadas pelas oficinas. Como exemplo, cita-se as apresenta es de peças teatrais, coreografias e exposi es de artesanato, sempre baseadas em temas como bullying, explora o sexual, meio ambiente, etc. Além disso, são promovidos campeonatos esportivos entre os próprios coletivos e entre os Projovens de outros municípios e também concursos como "Garoto e Garota Projovem".

Para atender as demandas dos jovens por qualifica o e inser o no mercado de trabalho, o Projovem desenvolve a inclusão produtiva mediante parcerias com institui es não governamentais que promovem cursos de qualifica o e ofertam vagas de estágio para os jovens inseridos no programa. Mesmo não sendo atribui o do Projovem adolescente, percebe-se um esforço da coordena o em atender esta demanda. A coordena o também procura introduzir nas a es, algumas questões relacionadas ao mundo do trabalho, conferindo aos jovens conhecimentos e habilidades que facilitarão sua futura inser o no mercado de trabalho.

Todas as atividades têm como princípios teórico-metodológicos a compreensão da juventude como sujeitos de direitos que precisam de oportunidades para melhor se desenvolver. Assim, as atividades propiciam a auto-estima dos jovens, ao mesmo tempo em

que abordam questões como disciplina, respeito, responsabilidade, ética e cidadania. Neste sentido, percebe-se que há uma estreita relação entre as orientações da coordenação local com o traçado metodológico definido pelo MDS.

No entanto, chama atenção na fala dos coordenadores, um elemento referente aos objetivos do PJA. Para além daqueles objetivos contidos na própria formatação do programa pelo MDS, há no âmbito local, uma compreensão que sintetiza os objetivos em torno das noções de resgate social e vocações. Estes objetivos refletem valores contraditórios, que tendem a situar os jovens mais como objeto do que sujeito da política. Contudo, esta será uma discussão a ser realizada em outro momento, em função do espaço deste artigo.

De acordo com a coordenação do programa, a participação social dos jovens se dá no convívio cotidiano, ajudando a definir as ações, participando de fóruns e conferências. Os jovens que se destacam como líderes são convidados a participar do Curso de Formação de Lideranças Comunitárias, promovido pela Prefeitura Municipal de Campos, que tem duração de um ano. Os jovens líderes têm um papel importante, pois eles se tornam o elo entre o educador social, os jovens e comunidade, exercendo muitas vezes, a função de agregar os jovens nos coletivos, inclusive os que estão afastados.

De acordo com uma educadora social,

Nós temos hoje liderança de cada coletivo que fazem outro curso de liderança na cidade, (...) os que se sobressaem são indicados pra esse curso. Eles estudam políticas públicas pra estarem na frente, pra saberem que mais tarde, podem ser a voz do bairro, a voz da família e que encontrem também um espaço pra eles.

Atrelado a todas estas atividades, a coordenação busca envolver as famílias dos adolescentes, por entender que elas têm um papel fundamental na inserção e permanência dos jovens no projeto e que necessitam ser atendidas nas suas necessidades. Assim, mesmo não sendo uma prerrogativa do Programa, a equipe promove reuniões com as famílias, envolvendo o CRAS, a fim de abordar temáticas que aparecem de forma recorrente nos coletivos através dos comportamentos dos jovens. Também está sendo desenvolvido um projeto de inclusão produtiva para as mães, propiciando novas possibilidades de renda para a família. Estas ações são valorizadas pelos coordenadores, pois possibilitam o entrosamento entre a equipe, os familiares e os jovens.

Por fim, cabe destacar que muitas das atividades do PJA em Campos são desenvolvidas através de parcerias com a sociedade civil com o intuito de possibilitar a realização das ações e o estabelecimento de novos vínculos entre os jovens e a comunidade. Estas parcerias acontecem não apenas para a sustentação das atividades do programa, via infra-estrutura físico-financeira, mas, sobretudo na incorporação dos jovens em suas atividades cotidianas e especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No município de Campos dos Goytacazes, o Projovem adolescente vem se consolidando enquanto um serviço do Sistema Único de Assistência Social, referenciado nos Centros de Referência Social – CRAS. Neste sentido, não apenas é orientado pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, mas também é impactado pelas formas de gestão desta política no município, como pode ser percebido nos processos de preenchimentos de vagas e na relação entre os coletivos com os CRAS.

No entanto, sobre a implantação do programa no município, cabe enfatizar que este vem sendo executado segundo as orientações do MDS, que se articulam em torno de duas noções fundamentais: a oferta de oportunidade e a garantia de direitos.

Pode ser percebido que há uma preocupação da equipe do programa em oferecer oportunidades para que os jovens possam experimentar diferentes formas de convivência social e com isso, rever valores e comportamentos. As oficinas cumprem este papel, na medida em que oferecem atividades pautadas em valores como a ética, a participação e a cidadania.

Ao oferecer estas oportunidades, o PJA em Campos contribui para que os jovens, em especial os pobres, possam ter garantidos seus direitos, seja de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, mas também à educação e à assistência social, necessários ao seu pleno desenvolvimento como pessoa.

Assim, este artigo demonstrou que há uma consonância entre as orientações do MDS e a implementação do PJA no município de Campos. Contudo, por se tratar de uma aproximação inicial, e por isso, baseada apenas nas falas dos coordenadores, não foi possível confrontar as informações coletadas com a percepção dos jovens. Esse movimento será feito posteriormente.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Luseni. A juventude como foco de políticas públicas. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IBGE, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Adolescências, juventudes e sócioeducativo: concepções e fundamentos**. MDS: Brasília, 2009.

MENDES, J. T. N. **O projeto de vida dos jovens pobres e a experiência do tempo presente**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IBGE, 2009.